

Uerj recebe Audiência Pública



Deputados estaduais da Comissão de Educação da Alerj realizaram Audiência Pública sobre a Uerj no Auditório 11 do campus Maracanã da universidade nesta quarta-feira (13/04). O presidente da Comissão, Comte Bittencourt (PPS), afirmou que a Comissão é contrária ao confisco da Fonte 10 (fonte de recurso da Uerj que provém de arrecadação própria da administração indireta do Estado) pela Secretaria de Fazenda e favorável a inclusão da Dedicção Exclusiva na aposentadoria dos docentes.

O reitor Ruy Garcia afirmou que o ano financeiro de 2016 ainda não começou, ressaltando os atrasos dos investimentos e dos pagamentos das empresas que prestam serviços à instituição desde outubro do ano passado, ocasionando falta de condições mínimas de funcionamento. Segundo ele, os atrasos já somam R\$ 145 milhões. Revelou

ainda que mesmo que todos os repasses fossem regularizados o orçamento do corrente estaria num déficit de R\$ 72 milhões, o que, de acordo com ele, colocaria a universidade em risco de viver crise semelhante a do final de 2015. Ele foi enfático em dizer que se a greve acabasse hoje, a universidade não funcionaria por falta de condições. Ruy afirmou a legitimidade do movimento grevista e disse que a Uerj tem que ser prioridade para o Governo já que representa Saúde, Educação além de ser um símbolo de inclusão social. Ele ainda reforçou à Comissão a necessidade de desbloqueio da Fonte 10.

Presidente da Asduerj, Lia Rocha afirmou que a comunidade uerjiana não aceita o argumento do governo de falta de verbas. A docente propôs a formação de um gabinete de crise que foi amplamente aceito pelos parlamentares e demais segmentos da universidade.

O coordenador geral do Sintuperj Jorge Luís Mattos

(Gaúcho) lembrou que a Uerj não forma somente profissionais mas também cidadãos. Ele ressaltou a importância da presença e do apoio da Comissão de Educação, lembrando conquistas como os dois planos de carreira da universidade e a DE. Com 42 anos de serviços prestados à Uerj, ele disse nunca ver um ataque tão grande ao serviço público quanto o promovido pelo atual governo. “Ninguém faz greve porque quer. Se não fosse a greve, estaríamos fechados. O Governo tem que melhorar o olhar para a Uerj”, afirmou.

Representando o Comando de Greve estudantil, a estudante Bruna Trajano lembrou que o segmento poderia estar lutando por novas conquistas e pela ampliação de direitos, como o passe livre estadual e não apenas no município carioca e a construção de bandejões nas unidades que ainda não possuem. Mas, segundo ela, isso não é possível porque diversas pessoas passam fome e se endividam devido à falta de pagamento de salários e bolsas, além de outras que morrem nos hospitais por falta de investimentos. “Nessa greve estamos lutando por direitos já conquistados”, afirmou. Ela concluiu dizendo que o que existe é uma crise de prioridade e de subfinanciamento.

Outra pauta apontada como fundamental para os estudantes foi a aprovação do Plano Estadual de Assistência Estudantil, apresentado pelo então

Continua na próxima página

coordenador do DCE David Gomes em 2014 à Comissão de Educação. Segundo ele, “não adianta colocar o estudante na universidade e não dar condições de sua permanência”.

O deputado Comte Bittencourt (PPS) lembrou que já foi aprovada em primeira discussão a equiparação de todas as bolsas estudantis do estado com o salário mínimo a partir de 2017. Adiantou ainda que a Comissão protocolará emenda para garantir a inclusão da DE na aposentadoria.

O momento mais emocionante da Audiência foi o relato da contratada Silvana Carvalho, lotada na Policlínica Piquet Carneiro, no qual contratados estão sem receber seus vencimentos desde outubro de 2015.

O deputado Marcelo Freixo (PSOL) classificou como inaceitável e covarde o decreto de não pagamento de pensionistas e aposentados. “Vamos entrar hoje na Justiça para anular o decreto. E já há jurisprudência no Rio Grande do Sul. A Justiça foi muito ágil para garantir o seu pagamento em dia. Espero que o Judiciário lembre disso e seja tão ágil para garantir o pagamento dos aposentados”, afirmou. Segundo ele, o argumento da crise não coincide com os números estudados pela Comissão que, lembrou, assim como todos os deputados, têm o dever de fiscalizar o Executivo. De acordo com ele, entre março de 2015 e março de 2016 houve sim uma redução da arrecadação do estado de R\$ 700 milhões, mas que não justifica as medidas adotadas contra o serviço e os servidores públicos. “A crise não pode ser institucionalizada. Onde estão

os outros R\$ 12 bilhões? A folha de pagamento não chega a R\$ 3 bilhões”, comparou. O parlamentar concluiu colocando a Comissão de Direitos Humanos da Alerj à disposição dos trabalhadores que estão há meses sem salários e solicitou também a realização de uma Audiência Pública que discuta as três universidades públicas (Uerj, Uenf e Uezo).

O deputado Flávio Serafini (PSOL) lembrou que em 2015 a Uerj foi o espelho da crise que se desenhava para este ano, e que ela se agrava ainda mais com as medidas tomadas pelo Governo. “O Governo diz que não pode romper contratos com empresas, mas rompe com os servidores”, criticou. Ele revelou que na Alerj existem diversos projetos que ajudariam a solucionar a crise, mas que nenhum avança. “Não pode ter outra resposta se não a mobilização e a derrubada do Governo”, afirmou.

O deputado Dr. Julianelli (Rede) disse que ficou espantado com a declaração do antigo reitor da Uerj, Ricardo Vieiralves, de que a Uerj não precisava do CAP, com o sucateamento do Hupe e com o panorama da instituição dado pelo atual diretor do hospital Edmar Santos sobre as precárias condições de trabalho. Ele confrontou as situações com a aprovação de isenção fiscal dado à CSN por 25 anos, enfatizando a prioridade dos governantes. “Precisamos nos unir, ir para as ruas. Essa crise é para pagar financiamento de campanha”, concluiu.

O deputado Tio Carlos (Solidariedade) afirmou que a força da mobilização mais as prerrogativas do Poder Legislativo são fundamentais para solucionar a crise do Estado.

Por sua vez, Eliomar Coelho (PSOL) lembrou que há muito tem se denunciado a precarização do serviço público, e que de 2009

a 2013 o Governo concedeu R\$ 138 bilhões em isenções fiscais, dinheiro este que, segundo ele, está faltando para pagar os servidores. “A lógica dos governantes não é dar prioridade às políticas sociais. Temos que construir e reforçar a resistência”. Com a experiência de ter estudado na UNB durante a Ditadura Militar e ter participado da luta contra o regime, ele disse que “a grande mobilização nas ruas é que vai mudar” a atual situação do serviço público.

Waldeck Carneiro (PT), também deputado estadual, reiterou que o projeto de governo de “cortejar as empreiteiras têm custado caro”. Ele lembrou que a Alerj barrou este ano um projeto de lei que extinguiu praticamente todos os órgãos estaduais e classificou o ataque à Uerj como um ataque à Educação, Saúde e à democracia”.

O deputado Paulo Ramos (PSOL) afirmou que a Uerj é a resistência consciente em relação ao modelo que os movimentos sociais defendem, diferente do modelo liberal que prega o “Estado mínimo”. “Servidor público tem que ser estatutário”. Ele ainda lembrou que é a primeira vez que o governo estadual não declara uma greve como ilegal, reconhecendo, segundo ele, a culpa que tem na deflagração do movimento. Ele defendeu que os deputados estaduais façam greve, na qual os parlamentares obstruam todas as mensagens de lei vindas do governo. “O compromisso te que ser discutir somente projetos que resolvam a crise do Estado. Vamos organizar a pauta do Poder Legislativo”. Sobre o não pagamento dos pensionistas, ele disse que “o servidor já pagou sua pensão. Deixar de pagar é apropriação indébita. A Uerj tem que dizer não ao neoliberalismo”.